



## PERCEPÇÕES DOS JOVENS CEGOS SOBRE A PAISAGEM URBANA DA CIDADE DO RIO DE JANEIRO.

PERCEPCIONES DE LOS JÓVENES CIEGOS ACERCA DEL PAISAJE URBANO DE LA CIUDAD DE RIO DE JANEIRO.

THE BLIND YOUTHS' PERCEPTION ON THE URBAN LANDSCAPE OF THE CITY OF RIO DE JANEIRO

Lais Cardoso Lago - Universidade Federal Fluminense – Niterói – Rio de Janeiro – Brasil  
[laisclago@gmail.com](mailto:laisclago@gmail.com)

Amelia Cristina Alves Bezerra - Universidade Federal Fluminense – Niterói – Rio de Janeiro – Brasil  
[ameliacristina@uol.com.br](mailto:ameliacristina@uol.com.br)

### Resumo

A paisagem, historicamente, é o conceito geográfico de maior apelo imagético, contribuindo, dessa maneira, para a afirmação da visão como forma privilegiada de apreensão da análise geográfica. Todavia, a experiência com o espaço e, portanto, com a paisagem é mais ampla e dialoga com todos os sentidos do corpo, sendo necessário alargar as investigações sobre a diversidade de sujeitos que experimentam e percebem as paisagens. Partindo dessa problemática, o objetivo desse artigo é revelar as percepções das paisagens urbanas da cidade do Rio de Janeiro pelos jovens cegos e de baixa visão, como também refletir sobre elas. Para tanto, construímos um desenho de pesquisa que contemplou a realização de entrevistas com estes e a elaboração de uma cartografia dos seus trajetos pela cidade. Essa pesquisa, realizada ao longo do mestrado, revelou a importância de alargarmos nosso olhar para o conceito de paisagem, em que a “limitação” do exercício da visão mobiliza outros sentidos, traduzindo percepções singulares sobre a cidade. A investigação conduziu também a uma discussão sobre o direito à cidade. Nesse sentido, os(as) cegos(as), os(as) idosos(as), os(as) cadeirantes e outros(as) sujeitos que foram invisibilizados(as) pelas políticas urbanas precisam ser ouvidos(as) e considerados(as) no processo de produção e compreensão da cidade.

Palavras-chave: paisagem urbana, percepção, cegos, baixa visão.

### Resumen

Históricamente el paisaje es el concepto geográfico con más enfoque visual, lo que reafirma la idea de que la visión es una forma privilegiada de aprehender el análisis geográfico. Sin embargo, la experiencia con el espacio, y por lo tanto con el paisaje, es más amplia y dialoga con todos los sentidos del cuerpo, siendo necesario extender las investigaciones sobre la diversidad de sujetos que experimentan y perciben los paisajes. Teniendo eso en cuenta, el objetivo de este artículo es revelar las percepciones de los paisajes urbanos de la ciudad de Rio de Janeiro por los jóvenes ciegos y de baja visión, como también reflexionar sobre dichas percepciones. Para ello, construimos un plan de investigación que contempló la realización de entrevistas y la elaboración de una cartografía de los trayectos de dichos jóvenes por la ciudad. Esta investigación, realizada a lo largo de la maestría, reveló la importancia de extender nuestra mirada hacia el concepto de paisaje, en que la “limitación” del ejercicio de la visión moviliza otros sentidos, traduciendo percepciones singulares sobre la ciudad. La investigación condujo también a una discusión sobre el derecho a la ciudad. En este sentido, las personas ciegas, ancianas, en sillas de ruedas y otras que fueron invisibilizadas por las políticas urbanas necesitan ser escuchadas y consideradas en el proceso de producción y comprensión de la ciudad.

Palabras clave: paisaje urbano, percepción, ciegos, baja visión.

## Abstract

The concept of landscape is, historically, the most imagetic geographical concept, as it reaffirms vision as a privileged approach to geographical analysis. Nevertheless, the experience with space, and therefore with the landscape, is broader and relates to all senses of the body. It is thus necessary to expand research on the diversity of subjects who experience and perceive landscapes. With that in mind, the aim of this article is to acknowledge the perceptions of the urban landscapes of Rio de Janeiro by blind and impaired vision youths, as well as to analyze those perceptions. To do so, we conduct qualitative interviews and elaborate a map of these individuals' trajectories through the city. This research highlights the importance of broadening our view of the concept of landscape, since the "limitation" of vision mobilizes other senses, translating singular perceptions of the city. The investigation also led to a discussion about the right to the city. In this sense, visually impaired, the elderly, wheelchair users and others, who were invisible by urban policies, need to be heard and considered in the production and understanding of the city.

Keywords: urban landscape, perception, blind, low vision.

## Introdução

Em 2004 foi lançado o documentário chamado "*A pessoa é para o que nasce*", que conta a história de três irmãs cegas desde o nascimento, as quais cantavam na porta de uma igreja em uma cidade do interior nordestino. Em uma das cenas, ao responder uma pergunta do documentarista, uma das irmãs falou que, quando sonhava, enxergava. A resposta nos causou uma inquietação, pois como uma pessoa cega de nascença poderia enxergar? Qual o sentido, para pessoas cegas, existentes nos verbos ver e enxergar? Como se dá a relação das pessoas que não enxergam com o espaço? A partir de que elementos as paisagens são experimentadas e significadas?

Esses questionamentos já apontavam o sentido multifacetado que a experiência espacial carrega, a partir da qual, a visão não responde sozinha pela apreensão das várias dimensões que compõem a paisagem, evidenciando, desse modo, o papel dos demais sentidos (audição, olfato, tato e paladar). Esse entendimento abre possibilidades de considerarmos a percepção que os diferentes sujeitos carregam sobre o espaço, a exemplo daqueles que não enxergam ou que possuem baixa visão.

Nesse sentido, os dados do censo populacional, realizado pelo IBGE (2010), revelaram o número de pessoas que possuem alguma limitação visual no Brasil, apontando que mais de 6,5 milhões de brasileiros possuíam algum tipo de limitação visual e mais de 500 mil eram cegos. Tais dados nos fazem refletir sobre a experiência desses sujeitos com o espaço e como estes percebem a paisagem dos lugares onde circulam e vivem, sendo tal reflexão o objetivo desse artigo. Para responder a essa questão

foi necessário nos aproximarmos e estabelecermos uma interlocução com jovens cegos ou com baixa visão que transitam, estudam, se divertem, viajam e, portanto, vivenciam a cidade. Desse modo, os sujeitos da nossa pesquisa, e que nos ajudaram a entender melhor as questões propostas, são quatro estudantes do Colégio Pedro II, jovens com idade entre 18 e 22 anos e que possuem uma necessidade especial sensorial: são cegos ou possuem visão subnormal, também conhecida como baixa visão.

Esses jovens iniciaram seus estudos no Instituto Benjamin Constant, localizado no bairro da Urca, zona sul do Rio de Janeiro. O instituto mencionado é uma referência no atendimento aos estudantes cegos ou de baixa visão no Rio de Janeiro e no Brasil. O Benjamin Constant atende à educação fundamental, mas ainda não possui formação voltada para o ensino médio. Para continuar seus estudos, os estudantes seguem para o colégio Pedro II, localizado no bairro de São Cristóvão, no centro da cidade do Rio de Janeiro. Dessa forma, as apreensões dos (as) jovens pesquisados (as) sobre a cidade fazem alusões às experiências espaciais na Urca (zona sul da cidade), em São Cristóvão (Centro), e ainda nos bairros onde moram. A pesquisa foi realizada no primeiro semestre de 2013, optamos por atribuir nomes fictícios aos narradores para que fossem resguardadas suas identidades.

Os jovens interlocutores da pesquisa são: Fátima, que é cega de nascença e, na ocasião da pesquisa, tinha 18 anos, cursava o 3º ano do ensino médio e era atleta paraolímpica de natação, morava no município de Nova Iguaçu-RJ, distante cerca de 37 km do colégio em que estudava. Vinícius tinha 18 anos e possuía visão subnormal, mas estava enfrentando uma redução da visão devido a uma doença, cursava o 2º ano do ensino médio, morava no município de São João de Meriti, que dista cerca de 30 km da escola, era atleta de goalball. Felipe, que tinha 22 anos e cursava o 2º ano do ensino médio, possuía baixa visão e morava na cidade do Rio de Janeiro, no bairro do Rio Comprido, aproximadamente a 7 km do colégio. E Francisco, que tinha 20 anos, cursando o 3º ao do ensino médio, era cego de nascença e também residia no município do Rio de Janeiro, no bairro de Pedra de Guaratiba, situado a 60 km de distância da escola. O mapa a seguir localiza os espaços de estudo e moradia dos (as) estudantes e possibilita compreender melhor os desafios de mobilidade enfrentados, cotidianamente, por eles (as).



Fonte: Base de dados IBGE. Elaborado por Laiana Nascimento, 2019

Partindo dessa breve apresentação do problema, do desenho da pesquisa e ainda dos sujeitos envolvidos, organizamos o artigo em três tópicos. No primeiro, tentamos construir um diálogo entre alguns elementos que circundam o conceito de paisagem com as percepções dos (as) sujeitos pesquisados (as) sobre a cidade do Rio de Janeiro. No segundo tópico, discutimos a relação entre a cidade produzida e a diversidade dos sujeitos, especialmente com aqueles (as) que não enxergam, destacando o debate do direito à cidade. Para finalizar, apontamos as questões reveladas ao longo da pesquisa e das reflexões que a mesma proporcionou.

**PAISAGEM, CORPO E CIDADE: aproximações a partir das experiências e percepções dos jovens cegos.**

Paisagem é como se fosse um lugar, pra mim...[...] Que barulhos tem esse lugar, que sons tem, que cheiros, às vezes, no chão se tem

buracos ou é mais plano, se tem subidas ou descidas; a temperatura também, às vezes muda o clima, quando tem bastante vento (Fátima, 18 anos, 3º ano).

A paisagem é um dos conceitos que atravessou a análise geográfica dos fenômenos, assumindo, historicamente, uma centralidade na afirmação da ciência geográfica. Essa centralidade contribuiu para que a Geografia fosse considerada, especialmente pela geografia clássica, como a “ciência das paisagens”. Dentre as várias conceituações construídas sobre esse conceito, estavam a dos geógrafos pioneiros que defendiam que a paisagem se referia a “[...] porções do espaço relativamente amplas, que se **destacavam visualmente** por possuírem características físicas e culturais suficientemente homogêneas para assumirem uma individualidade” (HOLZER, 1999, p. 151, grifo nosso). Esse âmbito do visível como forma de apreensão dos fenômenos geográficos também foi destacada por Brunhes:

Quem é geógrafo sabe **abrir os olhos e ver**. Não vê quem quer. Em matéria de Geografia Física, como em matéria de Geografia Humana, a aprendizagem, à visão das coisas positivas das realidades da superfície da terra, será o primeiro estágio e não o mais fácil (BRUNHES, 1962, p. 416, grifo nosso).

A dimensão da visão também é encontrada nas reflexões que Berque desenvolve sobre a paisagem, muito embora ele destaque outras nuances presentes na apreensão desse conceito: “a paisagem é vista por um **olhar**, apreendida por uma consciência, valorizada por uma experiência, julgada (e eventualmente reproduzida) por uma estética e uma moral, gerada por uma política” (BERQUE, 1998, p. 86, grifo nosso).

No diálogo com Berque, o pesquisador Holzer afirma: “[...] a paisagem não reside somente no objeto, nem somente no sujeito, mas na interação complexa entre os dois termos [...]” (HOLZER, 1999, p. 163 apud BERQUE, 1985, p. 100). Essa interação é mediada pelo corpo. Nossas experiências espaciais estão diretamente relacionadas com o nosso corpo, por meio dele, vivenciamos e percebemos o espaço. Sendo assim, a paisagem, enquanto expressão e reprodução de momentos da história e das sociedades, é experimentada por todos os nossos sentidos que contribuem para sua apreensão. Percebemos quando estamos debaixo de uma árvore, porque ela nos oferece uma sombra diante do sol; quando o mar se aproxima, devido ao seu cheiro ou mesmo às condições das calçadas da cidade quando nos movimentamos, seja a pé, ou mesmo como cadeirante.

Para Merleau-Ponty, a percepção e a apreensão sensível do espaço pelo corpo revelam-nos que a compreensão do mundo passa pelo corpo e pela sua movimentação: “[...] ser uma consciência, ou, antes, ser uma experiência, é comunicar interiormente com o mundo, com o corpo e com os outros” (MERLEAU-PONTY, 1994, p. 142). A corporeidade se revela, então, na unidade entre a mente e o corpo, na comunicação entre todos os sentidos, sendo a “[...] unidade a partir da qual o homem é e está no mundo” (MARQUES, 2013, p. 2).

Para Tuan (1983), as pessoas percebem o espaço e interagem com ele através dos vários sentidos e da mente, tornando-se, desse modo, conscientes do mesmo. A percepção se desenvolve como resposta dos sentidos aos estímulos externos e fornece aos sujeitos conhecimentos imediatos a respeito do que os cercam. Lima (2007) retoma Merleau-Ponty (1999) para argumentar que o objeto percebido não é um simples amontoado de sensações e memórias. Quando se assume o fenômeno, descobre-se um todo que se projeta com um significado próprio, constituindo-se, dessa maneira, o fundamento da experiência.

Todavia, no cotidiano dos videntes, no seu processo de apreensão da paisagem, é privilegiada, sobretudo, a visão, sendo minimizadas outras dimensões sensitivas no processo de percepção espacial. As marcas deixadas na paisagem têm elementos que não são apreendidos só pela visão, pois se revelam através dos gostos, dos cheiros, dos sons e do que é sensível à pele. A fala da Fátima, que é cega, nos revela isso:

Paisagem é como se fosse um lugar, pra mim. Que barulhos tem esse lugar, que sons tem, que cheiros, às vezes, no chão se tem buracos ou é mais plano, se tem subidas ou descidas; a temperatura também, às vezes muda o clima, quando tem bastante vento. Por exemplo, a Urca é muito diferente daqui de São Cristóvão, é perto do mar, acaba ventando mais, acho que é porque é mais perto do mar (Fátima, 18 anos, 3º ano).

As palavras de Fátima nos aproximam de um aspecto da paisagem pontuada por Milton Santos: “[...] a paisagem não é formada apenas de volumes, mas também de cores, movimentos, odores, sons etc.” (SANTOS, 1996, p. 61). Os elementos que constituem a paisagem reforçam que não vemos somente com os olhos, e são essas outras percepções que nos permitem transitar e compreender o mundo de maneira mais complexa.

Embora observemos que o poder das imagens sobre os homens perpassa diversos momentos da história, tendo se intensificado nas últimas décadas, compreendemos, por meio das entrevistas, que a utilização das palavras ver, enxergar e olhar estão ligadas ao verbo e não apenas ao exercício da visão, sendo, portanto, a prática de uma ação de perceber, de viver e experimentar, que não está desvinculada do corpo. Nesse sentido, Carlos propõe que a cidade “[...] produz-se e revela-se no plano da vida e do indivíduo. Este plano é aquele do local [...]. É o espaço passível de ser sentido, pensado, apropriado e vivido através do corpo [...]” (CARLOS, 1996, p. 20).

Pra chegar na escola eu venho de ônibus, aí eu geralmente pego ônibus na rodoviária, dá pra perceber a subida que é a do viaduto que tem ali, logo em seguida já dá pra perceber o som que muda porque ele passa por debaixo de um viaduto, acho que é a Linha Vermelha, “daí” o som já muda, quando tem um local fechado, aumenta o eco (Vinícius, 18 anos, 2º ano).

As subidas e descidas, os quebra-molas, as ruas não asfaltadas ou com paralelepípedos dão um novo sentido aos lugares em que Vinícius transita e que modificam o equilíbrio do seu corpo, o fazendo sentir as diferentes nuances da cidade. Essas mudanças que ele percebe ao longo do seu trajeto trazem outros marcos e referenciais na cidade, o que antes seria apenas a Linha Vermelha (uma das principais vias expressas da capital carioca) pode ser agora referenciado pela subida do viaduto, pelas curvas que essa via faz, pelos ruídos, sons e ecos que ela produz.

Ao compreendermos os sujeitos da pesquisa na sua movimentação, na sua observação, na sua escuta, nas suas experiências olfativas e auditivas, em seus trajetos, em seu cotidiano, através de suas experiências corporais, percebemos que a relação entre o corpo, a paisagem e a cidade são intrínsecas. O nosso corpo experimenta a paisagem, a cidade; o posicionamento dentro da metrópole é feito através dele. Contudo, muitos têm sido os desafios da Geografia, como disciplina escolar - e para, além disso, aquela que auxiliará os estudantes em seu posicionamento no mundo, na leitura que farão dele, além de ajudar a melhor explorar o espaço que vivenciam -, em abordar temas como a cidade, a paisagem, levando em consideração aqueles que não enxergam ou que possuem alguma restrição visual.

Vigotski (2011), em seu artigo sobre “Defectologia e o estudo do desenvolvimento e da educação da criança anormal”, - mesmo com algumas limitações de época e terminologias hoje questionadas, já que o texto tem sua possível produção, segundo os especialistas, entre 1924 e 1931 -, nos traz algumas interessantes reflexões sobre como a pessoa com deficiência explora outros caminhos que não os usuais para apreender o que está ao seu redor.

O autor dedica todo esse artigo a mostrar que caminhos indiretos para o desenvolvimento são possíveis quando no caminho mais direto e comum há impossibilidades, no caso de alguma deficiência. Vigotski (2011) explica que a pessoa com deficiência cria rotas alternativas para perceber o que está à sua volta, apropriando-se do mundo de uma forma a se colocar nele. Além disso, se antes a deficiência era entendida apenas como uma perda, eliminação de alguma função, agora a perspectiva é de que a deficiência produz, sim, algumas dificuldades, contudo isso não se revela como limitação, mas potencial para novas possibilidades de desenvolvimento e de percepção do mundo.

Ao ser perguntado sobre suas percepções sobre a paisagem, Vinícius respondeu: “[...] dá pra sentir quando você tá perto de uma árvore... Tá aquele sol, de repente vem aquela sombra, aí você sabe que é uma árvore”. Nessa mesma direção, Fátima acrescentou: “[...] a Urca é muito diferente daqui de São Cristóvão, é perto do mar, acaba ventando mais, acho que é porque é mais perto do mar”.

Nesse sentido, Vinícius ainda destacou:

As pessoas que têm mais a visão, elas conseguem perceber melhor, olhando aquela árvore, aquela planta, os pássaros voando, e nós, deficiente visual, é mais pelo som mesmo, por aquele sentido que é o mais forte, a audição e o tato, nesse caso, mais a audição: o barulho dos pássaros dá “pra” sentir quando você “tá” perto de uma árvore, “tá” aquele sol de repente vem aquela sombra, aí você sabe que é uma árvore, mais ou menos... Mais captada pelos sons” (Vinícius, 18 anos, 2º ano).

Mas de qual cidade estamos falando? Como essa cidade tem se reproduzido socialmente? Essa cidade tem sido pensada para aqueles que a vivenciam, sobretudo para aqueles que possuem alguma deficiência?

## A CIDADE, SUAS PAISAGENS E OS DESAFIOS DA DIVERSIDADE: interrogações sobre direito à cidade.

A forma como produzimos e somos produzidos pelo/no espaço está relacionado à forma como nos reproduzimos socialmente. Nesse sentido, a intensificação da dinâmica do capital, centrado no processo de acumulação, tem reforçado a produção de um espaço urbano desigual e, portanto, excludente. Essa desigualdade, expressa na paisagem, é atravessada por uma referência de sociedade e, portanto, de cidade que invisibilizou a diferença e, dessa forma, não privilegiou, na sua organização, os sujeitos que não atendem ao padrão estabelecido socialmente.

A cidade do Rio de Janeiro, classificada como a segunda metrópole brasileira e com uma população estimada de 6.688.927 habitantes (IBGE, 2010), expressa, na sua paisagem, essa produção desigual do espaço. Essa metrópole é conhecida pela beleza das suas paisagens, que expressam diferentes temporalidades e pela presença marcante dos elementos da natureza. No Rio de Janeiro, o mar e os morros se encontram, marcando a força da natureza na produção da paisagem. Compondo essa paisagem urbana, também encontramos grandes favelas, denominadas pelo IBGE como habitações subnormais distribuídas espacialmente pela cidade. O censo de 2010, realizado feito pelo IBGE, revelou que aproximadamente 22% da população da cidade vivia em aglomerados subnormais.

Mais recentemente, as grandes transformações ocorridas por conta dos “megaeventos” esportivos e culturais sediados na cidade intensificaram o processo de exclusão, pois, tais intervenções não são orientadas por lógicas estabelecidas no plano do vivido, ou seja, do cotidiano do trabalhador, mas sim, do concebido. As dimensões do vivido, do concebido e do percebido compõem a teoria de Henri Lefebvre (2013) sobre a produção do espaço. Nesta, o espaço concebido engloba as representações abstratas do espaço e se referem às relações de produção que estão a serviço das estratégias preponderantes do capital, privilegiando, dessa maneira, o valor de troca. Nessa dimensão estaria localizado o saber técnico e, ao mesmo tempo, ideológico. Já o espaço vivido estaria relacionado ao valor de uso, a apropriação do espaço por meio do cotidiano.

Diante dessas transformações vivenciadas na metrópole carioca, que não têm privilegiado o cotidiano dos seus moradores, como considerar a mobilidade e circulação pela cidade? Será que a cidade dos eventos tem

se preparado para possibilitar uma maior apropriação por aqueles que possuem alguma necessidade especial, sobretudo os interlocutores desta pesquisa, que não são videntes? Não temos elementos para responder a tais questões neste artigo, mas a apreensão da paisagem urbana pelos jovens não videntes nos oferece algumas pistas e nos fazem refletir sobre a lógica de produção da cidade. Nesse sentido, Felipe destaca que:

[...] os sinais de trânsito, que não são pensados para quem não enxerga, as calçadas, que têm ou muito buraco ou lixo, algum obstáculo, dependendo do lugar e do horário ficam muitos camelôs nas calçadas [...] Porque ainda falta muita coisa pra ser feita, a estrutura do bairro não só para quem é deficiente visual, mas para todo mundo que tem alguma dificuldade e para os outros moradores do bairro (Felipe, 22 anos, 2º ano).

Nessa mesma direção, Fátima, ao ser questionada sobre que lugar não gosta de ir, responde que é a Central do Brasil e explica: “[...] lá tem tudo que atrapalha: calçada ruim, muita gente mas que não ajuda, muito camelô, sabe quando o espaço é enorme e tem muito som, não tem parede nenhuma pra dar uma noção de reta ou de limite, eu fico muito perdida ali”.

Já Vinícius, que mora em São João de Meriti, município da baixada fluminense, o qual está distante de toda infraestrutura de bens e serviços da metrópole, mas que ainda está inserido na região metropolitana, relata o seu cotidiano nesse espaço da cidade:

No meu bairro lá em São João, eu moro perto de uma via expressa, bem movimentada, toda hora aquele barulho de carro pra lá e pra cá; já tem que ficar mais ligado se tiver que atravessar, tem que prestar mais atenção se tem alguma pessoa na minha frente ou não, para não bater. Já na Urca não, é um bairro mais tranquilo, não sei se teria um som característico. Já em São Cristóvão, uma coisa que eu sempre tenho que prestar atenção é nos carros, porque no sinal eu sempre tenho que pedir a alguém pra me ajudar a atravessar. Já vou em direção ao sinal, percebendo se tem alguém pra pedir ajuda (Vinícius, 18 anos, 2º ano).

O exemplo do bairro da Urca, localizado na zona sul da cidade do Rio de Janeiro, acabou por ser uma exceção, ao invés de regra, para esses sujeitos diversos, não-videntes. As palavras de Vinícius reforçam essa diferenciação quando aponta que:

Os sinais sonoros que têm na Urca poderiam ter em mais lugares, pelo menos nas avenidas mais movimentadas. Também algum tipo de ajuda 'pra' que a gente consiga se localizar com mais facilidade, e diminuir as calçadas que são ocupadas por carros, lixo, obstáculos. (Vinícius, 18 anos, 2º ano)

Nesse sentido, Felipe argumenta também que: “Por exemplo, quando tô no IBC eu percebo o chão tátil, que diz que ali é o IBC, aí eu vejo que a paisagem mudou, as montanhas que têm na Urca não têm em São Cristóvão, o clima também muda por causa da praia”.

Os sujeitos da pesquisa apontaram algumas diferenças socioespaciais das experiências vividas nos diferentes bairros da cidade. Felipe destaca: “A Urca, lá o clima é mais fresco, é mais tranquilo, adoro a praia, tem muita gente ‘pra’ ajudar. A acessibilidade do bairro é bem maior que em São Cristóvão”. Já Francisco define o mesmo bairro, dizendo que “A Urca é mais organizada”. A questão da acessibilidade também é salientada por Felipe: “Acho a Urca bastante acessível, não vejo tantos problemas com calçadas”.

As falas dos (as) entrevistados (as) apontaram para diferenciações entre os bairros no que se refere à acessibilidade. Na Urca, experimentaram os sinais sonoros, a autonomia na locomoção, sentem as montanhas, identificam a praia. Nos demais bairros, a pressa, a tensão, o barulho e as dificuldades de circular marcam a relação com a cidade. Esse processo denuncia que as políticas de circulação, executada por aqueles que planejam o espaço, não estão em consonância com as necessidades de toda a população. Quando precisamos contar com o auxílio do outro, quando somos impedidos de transitar em algum lugar por falta de acessibilidade, quando não temos nossas necessidades atendidas e ficamos restritos a determinados lugares da cidade, inviabilizamos o pleno direito à cidade.

Nesse sentido, é necessário questionar a lógica dessa urbanidade que tolhe o uso da metrópole daqueles que nela constroem sua vida cotidiana, que formata, padroniza, enquadra, selecionando quem terá acesso a mesma. Vários outros sujeitos, além dos (as) interlocutores(as) dessa pesquisa, precisam ser considerados(as) nas políticas de mobilidade na cidade, como é o caso dos(as) idosos(as), as crianças, os(as) obesos(as), as gestantes e tantos outros sujeitos que apresentam alguma limitação na mobilidade. É importante salientar que, em diferentes momentos da história, observamos que a metrópole privilegiou, valorizou e estabeleceu um padrão determinado de corpo: o corpo considerado produtivo.

Historicamente, o “diferente”, o “outro” sempre foi invisibilizado na sociedade e teve seus direitos, em esferas variadas, negados. Além da invisibilidade, esses sujeitos foram sempre os “estranhos”, os “outros” (BIANCHETTI, 1995), e até mesmo suas experiências e vivências no espaço geográfico foram negligenciadas por aqueles que pensam e planejam as cidades. Conforme assinala Lefebvre (2001, p. 118), “O direito à cidade não pode ser concebido como um simples direito de visita ou de retorno às cidades tradicionais. Só pode ser formulado como direito à vida urbana, transformada, renovada”.

Este autor acrescenta, ainda, que o direito à cidade é assegurado não somente por se estar inserido na cidade, mas outros direitos estão circunscritos nele: os “[...] direitos das idades e dos sexos (a mulher, a criança, o velho), direito das condições (o proletário, o camponês), direitos à instrução e à educação, direito ao trabalho, à cultura, ao repouso, à saúde, à habitação (LEFEBVRE, 2001, p. 115). O autor reitera dizendo que

O direito à cidade se manifesta como forma superior dos direitos: direito à liberdade, à individualização na socialização, ao habitat e ao habitar. O direito à obra (à atividade participante e o direito à apropriação (bem distinto do direito à propriedade) estão implicados no direito à cidade (LEFEBVRE, 2001, p. 134).

Nesse sentido, é preciso construir esferas de debate sobre o direito à cidade, pois não estando, somente, atrelado à geografia esse direito serve para refletir sobre a esfera da política, do planejamento, dos movimentos sociais, do Estado, das comunidades, da mobilidade, dos grupos sociais marginais ou hegemônicos, e de todas as demais esferas.

A partir dessa afirmação de Gentili (2011, p. 12, tradução da autora): “Como muitos, considero que a educação constitui um bem fundamental para a construção de uma sociedade melhor [...]”, mesmo sabendo que esse fim não é alcançado somente através dela, e sim por uma reforma no modelo de produção, acumulação e distribuição das riquezas, entendemos que esse é o objetivo geral da educação. Além disso, se a sociedade é formada pelos sujeitos que a compõem, a educação tem o papel de servir para a reflexão sobre os direitos destes, sobre a cidadania.

Dessa forma, é necessário tornar evidente, quais direitos são esses que a educação faz a sociedade ir ao seu encontro. Carvalho (2012), em seu livro *Cidadania no Brasil: o longo caminho*, segue a diferenciação proposta por T. A. Marshall, que decompõe as três dimensões da

cidadania: direitos civis (garantem a vida em sociedade), direitos políticos (garantem a participação no governo da cidade) e direitos sociais (garantem a participação na riqueza coletiva). O primeiro se refere aos direitos fundamentais à vida, à liberdade, à propriedade, à igualdade perante a lei; o segundo são aqueles que se referem às demonstrações políticas, votar e ser votado, e também à capacidade de organizar partidos; o último deles, os civis, são compostos pelo direito à educação, ao trabalho, ao salário justo, à saúde, à aposentadoria.

Nesse sentido, concordamos com Carvalho quando diz que

Nos países em que a cidadania se desenvolveu com mais rapidez, inclusive na Inglaterra, por uma razão ou outra a educação popular foi introduzida. Foi ela quem permitiu às pessoas tomarem conhecimento de seus direitos e se organizarem para lutar por eles (CARVALHO, 2012, p. 11).

Essa concordância não isenta nossa crítica ao debate sobre a cidadania que foi construído historicamente a partir dos referenciais eurocêntricos, contudo, ao considerarmos que a educação muda os sujeitos, e estes mudam o mundo em que vivem, ela tem um enorme potencial democrático. Inclusive, atualmente, o principal projeto moderno tem sido “[...] conceber a educação como um meio fundamental para universalizar os saberes científicos e morais que nos ajudam a construir as bases da nossa vida em comum” (GENTILI, 2011, p. 21).

### Considerações Finais

Vinícius, Francisco, Fátima e Felipe nos fizeram pensar, por meio das suas percepções sobre a paisagem, a produção da cidade, especialmente, no que se refere à dimensão da acessibilidade. Através dessas apreensões, nos aproximamos de algumas diferenças espaciais que compõem a cidade do Rio de Janeiro, onde a Urca, bairro localizado na zona sul da cidade, se destacou em termos de acessibilidade. Ao mesmo tempo, os demais bairros vivenciados pelos sujeitos da pesquisa revelaram os limites de circulação e apropriação da cidade. Esse quadro afirma a dimensão histórica do espaço urbano pensada para os corpos fortes, ágeis e considerados produtivos. Historicamente, aqueles (as) que não atendessem a esse “padrão” não poderiam usufruir das oportunidades construídas socialmente.

Nesse sentido, o debate da cidade precisa agregar, ao mesmo tempo, a dimensão da desigualdade e da diferença, no que tange as formulações das políticas públicas e, sobretudo, no planejamento urbano. As considerações de Boaventura de Souza Santos chamam atenção para essas dimensões:

[...] temos o direito a ser iguais quando a nossa diferença nos inferioriza; e temos o direito a ser diferentes quando a nossa igualdade nos descaracteriza. Daí a necessidade de uma igualdade que reconheça as diferenças e de uma diferença que não produza, alimente ou reproduza as desigualdades (SANTOS, 2003, p. 56).

As percepções dos jovens cegos e de baixa visão sobre as paisagens urbanas também contribuíram para ampliarmos nossos olhares e compreensões sobre as formas de apreensão que cercam o conceito de paisagem, onde a dimensão da visão ocupou, historicamente, uma centralidade. Desse modo, o corpo e todos os seus sentidos precisam ser considerados quando acionamos o conceito de paisagem, seja no âmbito da pesquisa, seja no ensino da geografia.

Outra questão que se impôs ao longo da pesquisa se refere à dimensão do papel da educação na construção de uma sociedade mais democrática, comprometida com a diversidade e empenhada em formar sujeitos que lutem pela construção da cidadania, especialmente, o papel da geografia na sala de aula. Experimentamos nossa geograficidade diariamente, cabendo à geografia, como saber escolar, o papel de mediação entre o que aprendemos, percebemos e vivenciamos cotidianamente no espaço.

Nesse sentido, a paisagem assume um papel central, na medida em que é um conceito que agrega, ao mesmo tempo, uma objetividade e uma subjetividade. Por meio dela, apreendemos as formas espaciais e construímos uma memória dos lugares. A paisagem é texto e contexto, é marca e matriz das ações da sociedade (BERQUE, 1998). O processo de apreensão da paisagem envolve o desenvolvimento de algumas habilidades, quais sejam: observação, que pode ser acionada a partir de todos os sentidos do corpo; descrição; comparação; e desenvolvimento de uma sensibilidade espacial. Essas características potencializam o conceito geográfico como forma de pensarmos a cidade.

## Notas

1 Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística

2 Visão subnormal, segundo a Sociedade Brasileira de Visão subnormal (SBVSN), é um comprometimento significativo da visão que não pode ser corrigido com uso de óculos convencionais, lentes de contato, nem mesmo com intervenção cirúrgica. Trata-se de uma perda parcial da visão, que pode ocorrer devido a doenças congênitas, lesões, envelhecimento ou como resultado do agravamento de doenças oftalmológicas. Fonte:

Disponível em: [www.visaosubnormal.org.br](http://www.visaosubnormal.org.br). Acesso em 15 agosto 2019.

3 Modalidade esportiva paraolímpica para atletas cegos

4 Eventos como Jogos Pan-americanos de 2007, Copa Mundial de Futebol de 2014, Olimpíadas de 2016 e as edições do festival Rock in Rio.

5 Instituto Benjamin Constant - Colégio Federal que atende o público cego ou baixa-visão desde a estimulação precoce de bebês até o 9º do ensino fundamental, localizado no bairro da Urca, no Rio de Janeiro.

## Referências

BERQUE, Augustin. **Paisagem-marca, paisagem-matriz: Elementos da problemática para uma geografia cultural.** In: ROSENDAHL, Zeny; CORRÊA, Roberto Lobato (org). *Geografia Cultural: Paisagem, Tempo e Cultura.* Rio de Janeiro: EdUERJ, 1998. p.84-91.

BIANCHETTI, Lucídio. **Aspectos históricos da educação especial.** Revista Brasileira de Educação Especial, Marília, v.2, n.3. p. 7-19, 1995.

BRASIL. IBGE. **Censo Demográfico**, 2010. Brasília, DF. Disponível em : [www.ibge.com.br](http://www.ibge.com.br). Acesso em: 12 ago. 2019

BRUNHES, Jean. **Geografia Humana.** Rio de Janeiro: Editora Fundo de Cultura, 1962.

CARLOS, Ana Fani Alessandri. **O lugar no/do mundo.** São Paulo: FFLCH, 2007<sup>a</sup>.

CARLOS, Ana Fani Alessandri. **O Espaço Urbano: Novos Escritos sobre a Cidade.** São Paulo: FFLCH, 2007b.

CARVALHO, Delza Rodrigues. **As práticas espaciais do percebido, concebido e vivido nos municípios de Lisboa e Sintra.** Revista de Geografia (UFPE). Pernambuco, v. 29, n.3, p. 37-53, 2012.

GENTILI, Pablo. **Pedagogia de la igualdad: ensayos contra la educación excluyente.** Buenos Aires: Siglo XXI Editores, 2011.

HOLZER, Werther. **Paisagem, imaginário, identidade: Alternativas para o estudo geográfico.** In: ROSENDAHL, Zeny; CORRÊA, Roberto Lobato (org). *Geografia Cultural: Manifestações da cultura no espaço.* Rio de Janeiro: EdUERJ, 1999. p. 149-168.

LAGO, Lais Cardoso. **Cidade e Paisagem**: Experiências, práticas e percepções dos alunos cegos do Colégio Federal Pedro II no Rio de Janeiro– RJ. 2014. 116f. Dissertação (Mestrado em Educação) – Universidade Federal Fluminense, Niterói, 27 fev.2014

LEFEBVRE, Henri. **O direito à cidade**. São Paulo: Centauro, 2001.

LEFEBVRE, Henri. **La producción del espacio**. Madrid: Capitán Swing II, 2013.

LIMA, Elias Lopes de. **Do corpo ao espaço**: contribuições da obra de Maurice Merleau-Ponty à análise geográfica. *Geographia*, Niterói, Ano IX, n. 18, p. 65-84, 2007.

MARQUES, Olavo Ramalho. **Corpo e espaço como categorias para se conhecer uma cidade**: Um estudo sobre diversidade cultural, formas de sociabilidade e identidades no 3º FSM em Porto Alegre/RS. *Revista Digital Iluminuras*, v.6, n.14, p. 1-17, 2005.

MERLEAU-PONTY, M. **Fenomenologia da percepção**. São Paulo: Martins Fontes, 1994.

SANTOS, Boaventura de Sousa; NUNES, João Arriscado. **Introdução**: para ampliar o cânone do reconhecimento, da diferença e da igualdade. In: SANTOS, Boaventura de Sousa (org). *Reconhecer para libertar: os caminhos do cosmopolitanismo multicultural*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003. p. 25-68

SANTOS, Milton. **Metamorfoses do espaço habitado**: fundamentos teóricos e metodológicos da geografia. São Paulo: Editora Hucitec, 1996.

TUAN, Yi-Fu. **Espaço e lugar**: a perspectiva da experiência. São Paulo: Difel, 1983

VIGOTSKI, Lev Semionovitch. **A defectologia e o estudo do desenvolvimento e da educação da criança anormal**. *Revista Educação e Pesquisa*, São Paulo, v.37, n. 4, p. 863-869, 2011.

### Declaração dos autores

Todos os autores ofereceram substanciais contribuições científicas e intelectuais ao estudo. As tarefas de concepção e design do estudo, preparação e redação do manuscrito, bem como, revisão crítica foram desenvolvidas em grupo. A primeira autora Lais Cardoso Lago ficou responsável pela aquisição de dados. A primeira e segunda autora, Amélia Cristina Alves Bezerra, ficaram responsáveis pela interpretação e análise dos dados, pelo desenvolvimento teórico-conceitual e pelas traduções do artigo e pelos procedimentos técnicos.

---

Lais Cardoso Lago - Graduação em Geografia pela Universidade Federal Fluminense. Aluna de Iniciação Científica do Instituto de Pesquisa e Planejamento Urbano e Regional. Mestrado em Educação pelo Programa de Pós-Graduação em Educação da Universidade Federal Fluminense. Doutoranda do Programa de Pós-Graduação em Educação, Contextos Contemporâneos e Demandas Populares da Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro.  <https://orcid.org/0000-0003-1831-1897>

---

---

Amelia Cristina Alves Bezerra - Possui graduação em Geografia pela Universidade Federal do Ceará, Mestrado em Geografia pela Universidade Federal de Pernambuco e Doutorado em Geografia pela Universidade Federal Fluminense. Atualmente é professora adjunto da Universidade Federal Fluminense.  <https://orcid.org/0000-0002-9405-1284>

---

Recebido para publicação em 12 de outubro de 2019

Aceito para publicação em 18 de novembro de 2019

Publicado em \_\_\_\_\_